

# Conheça aqui ACM ou "Toninho Malvadeza"

SERGIO GOMES  
Colaborador

*O nome é Antônio Carlos Magalhães, mas prefere ser chamado de ACM. Para os inimigos ou para os observadores mais irreverentes, como o general Golbery do Couto e Silva, ele é o Toninho Malvadeza. Mas afinal, quem é este político baiano, duas vezes governador, que frequenta a Granja do Torto e o Palácio do Planalto quando quer? O que representa essa figura agressiva e simpática para o futuro do País? E como o chamado ACM conseguiu chegar tão alto, a ponto de ser considerado elemento decisivo na sucessão presidencial?*

*Estas respostas podem ser buscadas na sua trajetória política, desde a década de 60, quando conseguia já se aproximar de figuras antigas da vida pública brasileira, como Antônio Balbino, Juraci Magalhães e Juscelino Kubitschek.*

Antônio Carlos Peixoto de Magalhães, 56 anos de idade comemorados em 4 de setembro último, dia em que boa parte do centro de Salvador amanheceu com centenas de faixas alusivas à data, mandadas afixar por "amigos". Como político, Antônio Carlos é, antes de tudo, um publicitário nato, voltado permanentemente para vender a imagem de si próprio. Governador indicado da Bahia por duas vezes numa mesma década, a de 70, é político em tempo integral, que persegue o poder e os desafios com a mesma intensidade. E apontado por muitos como discípulo de Maquiavel, (que, dizem, nunca leu). Talvez, por isso, não faça aos seus inimigos o mal de uma vez, como mandava o pensador italiano, mas sempre e de forma implacável. Dele teria dito, uma vez, o senador Luiz Viana, que não era de ler ao menos romances policiais. Em compensação, afirmam outros, seria verdadeiro "expert" na leitura do almanaque do Exército, capaz de decifrar e entender os necessários mecanismos da ascensão militar. Este seria o seu verdadeiro livro de cabeceira, podendo explicar, na opinião de muitos que na Bahia a ele se contrapõem, a vertiginosa ascensão de um político cuja meta é mais

ou menos como a do programa de televisão em que o céu é o limite. Entre as suas inúmeras brigas, cita-se aquela que teve com o falecido ministro Aliomar Baleeiro, quando este, em conferência em Salvador, na década de 60, havia dito que a Bahia não possuía nenhuma liderança política expressiva. Antônio Carlos, se não era ainda, queria ser ou achava que era. Tomou o telefone e disse muitos desaforos a Baleeiro, que teria respondido à altura. Recentemente, na famosa entrevista concedida pelo General Golbery ao cineasta Júlio Bresnane, e publicada com exclusividade por este jornal, o ex-ministro definiu Antônio Carlos como homem que não pode e nem aceita ficar esquecido e fora das articulações, consequentemente longe dos seus sonhos de poder. O general também lançou, nacionalmente, o apelido de Toninho Malvadeza, com que o ex-governador é conhecido na Bahia, usado como forma de carinhosa veneração por aqueles que elogiam o seu estilo político, e de forma pejorativa pelos opositores. Muitos afirmam que o apelido o acompanha desde os tempos em que, ainda garoto, andava de pés descalços pelo largo do Campo da Pólvora, em Nazaré, bairro

de classe média, onde nasceu, em Salvador. O Toninho efetivamente é da infância. O complemento Malvadeza seria incorporado mais tarde, como consequência da atuação política e de um conceito segundo o qual os fins a serem alcançados justificam os meios empregados. E conhecido, também, como "Cabeça Branca", pelo tom precocemente claro dos cabelos e bigode, no que se assemelha com a figura do general Juracy Magalhães que, como ele, também governou a Bahia por dois períodos e que foi um dos seus introdutores na vida política, e com quem viria mais tarde a brigar, em acirrada troca de acusações diárias através das páginas do jornal "O Globo". A trajetória política de Antônio Carlos, no estado, não deixa de ser na verdade a crônica da criação que se volta contra os criadores, dentro de uma estratégia política que o levou a suplantir as demais lideranças políticas conservadoras da Bahia. Impôs-se assim como principal cacique político do PDS resultante da extinta Arena, partido que abrigou, de forma compulsória, como quis o golpe militar de 64, os remanescentes das antigas agremiações, notadamente da UDN e do PSD, as duas grandes vertentes políticas da Bahia antes da Revolução. Na verdade, Antônio Carlos Magalhães assumiu uma liderança incontestável entre as correntes conservadoras da Bahia, deitando a pá de cal definitiva sobre o "juracismo", que durante muitas décadas significou, no estado, uma dominação e até uma religião política. Superou também a corrente de outros dos seus criadores, Luis Viana Filho, e Barrou as pretensões de expansão do também senador Lomanto Junior. Com isso, Antônio Carlos sedimentou no PDS baiano as bases do voo nacional que tenta empreender

na cena política do país, brandindo na mão o cacife de ser detentor de 80 por cento dos votos dos convencionais locais que escolherão, na convenção do PDS a se realizar no próximo ano, o candidato do partido à sucessão de Figueiredo. Ele afirma possuir exatos 71 dos 89 convencionais baianos, que somados a outros delegados que diz ter sob seu controle em outros estados, perfazeriam algo em torno de 10 por cento do total do Colégio Eleitoral, marca que, se verdadeira, constitui-se em considerável apoio à candidatura Mário Andreazza, a preferida do general Figueiredo, e à qual Antônio Carlos passa agora a emprestar a sua assessoria política, por delegação do presidente. Ele espera sair candidato a vice-presidente, caso a articulação política a que se empenha venha a lograr o êxito que a sua ambição deseja. Alguns acham que, ao atrelar o seu futuro político à candidatura Andreazza, Antônio Carlos estaria colocando todos os ovos num mesmo cesto, e que a eventualidade de um fracasso o colocaria em situação difícil. Outros acham, talvez com razão, que não é bem assim: seja quem for que venha a ser, afinal, o candidato escolhido, precisará contar com os votos que ele detém. Os seus seguidores afirmam que até agora o faro político de ACM não tem falhado, assim como o seu propalado jogo de cintura, capaz de gingas e malabarismos. Desafetos falam em trações, lembrando o seu passado. Ainda outros preferem falar em competência política, nas matreiras aprendidas com Juracy Magalhães, Antônio Balbino e Juscelino Kubitschek, primeiro presidente de quem se aproximou, beneficiando-se mais tarde de todos os presidentes do ciclo de 64, época política em que a sua carreira tomou impulso.

## Para esmagar o inimigo, qualquer meio é honesto

Conta um funcionário do Palácio de Ondina, residência oficial dos governadores baianos erguida no alto de aprazível colina, a história de como Antônio Carlos, ao iniciar o seu primeiro governo no ano de 1970, ameaçou prender padeiros acusados de fabricarem o pior pão do Brasil. Sentou-se à mesa do café da manhã e começou a analisar o pão servido à mesa e a fazer considerações sobre a sua qualidade. No mesmo dia esbravejava aos repórteres reunidos para entrevista coletiva, mostrando pães da pior qualidade, exibidos sobre a mesa do palácio. Trovejou sobre os padeiros e ameaçou-os com represálias caso não melhorassem a massa.

Foi assim que, praticamente, inaugurou o seu governo, brigando com padeiros de Salvador. As ameaças são parte integrante do estilo político de Antônio Carlos Magalhães e foram a estratégia que o levou à popularidade desfrutada no início da década de 70, quando chegou ao governo aclamado pela boa administração realizada na Prefeitura de Salvador, cargo anterior que exercera no Governo Luis Viana Filho, beneficiado pelo apoio que o general Castelo Branco destinou a praticamente todas as capitais brasileiras. Nesse período de primeiro mandato, Antônio Carlos foi pródigo em estimular episódios semelhantes aos que se envolvera na prefeitura, quando agrediu a sopapos e pontapés ao então presidente da Câmara de Vereadores, Antonio Casaca, integrante do então MDB, à época bastante adesista.

Travou debate público, em cadeia de televisão, com o deputado Francisco Pinto, ao longo de intermináveis horas de discussões e insultos. Travou batalha com o governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros, quando fez o Governo da Bahia comprar a coleção de santos do falecido colecionador pernambucano Abelardo Rodrigues, fruto do espólio, transação que o então governador pernambucano tentou desfazer, pretendendo manter as peças no seu Estado. Antônio Carlos mandou sequestrar as imagens, em briga que foi parar no Supremo Tribunal Federal, enriquecendo o acervo sacro de uma Bahia que já detinha, com base nas suas tradições religiosas, talvez o mais rico repositório do Brasil. O governador confundia-se com o colecionador. Antônio Carlos realiza parte dos seus investimentos pessoais na aquisição de imagens, hábito herdado de outros dos seus patrocinadores políticos, o jornalista e superintendente geral dos Diários e Emissoras Associados, na Bahia, Odorico Tavares, já falecido.

Episódio dos mais rumorosos ocorreu quando o grupo do Banco da Bahia, liderado pelo ex-ministro Clemente Mariani, resolveu vender o controle acionário da tradicional instituição bancária ao Banco Brasileiro de Descontos - Bradesco. Pretendendo impedir a transação, em nome dos interesses regionais, Antônio Carlos tentou por todos as formas sustar a operação, o que não conseguiu. Colocava-se contra a política à época implantada pelo ministro Delfim Netto e que consistia em estimular a formação de grandes conglomerados bancários e reagia ao fato de que a venda estivesse ocorrendo sem que ele, governador, fosse consultado. Não conseguiu o seu intento e, como represália, assinou decreto desapropriando a mansão do banqueiro, situada em formi-

dável terreno na aristocrática ladeira da Barra, sob a justificativa de interesse social, pretendendo instalar no local instituição dedicada ao atendimento de crianças excepcionais.

As acusações atingindo a personalidade locais que não obedeciam aos seus desejos e vontades sucediam-se. Uma das vítimas, o atual senador Jutahy Magalhães, cunhou uma frase que, em certo sentido, bem demonstra o estilo agressivo de Antônio Carlos Magalhães. Dizia o senador que o governador era homem que agredia em público e pedia desculpas no particular, tirando partido do efeito de acusações e insinuações junto ao eleitorado e muitas vezes dando o dito por não dito ao pé do ouvido do atingido. Um rico comerciante local, sobre o qual Antônio Carlos Magalhães, no seu segundo governo terminado em março deste ano, desabou o peso da sua mão, em tentativa que se revelou frustrada de combater monopólio, contava que no auge da briga pública, nos seus encontros casuais com o governador, esse lhe dizia não ter contra ele nada de pessoal e que a ação que empreendia era apenas um dever de administrador, configurando a frase do senador Jutahy.

No seu primeiro governo, a então Arena baiana viveu intenso período de tormenta política. Foi quando Antônio Carlos investiu contra Juracy Magalhães e seu filho e herdeiro Jutahy. Acusou o ex-governador da Bahia de estar defendendo junto à política de industrialização fomentada no Estado, e interesses de multinacionais que representava. Fazia acusações de desmandos administrativos ao governo do atual senador Viana, a quem sucedeu e com o apoio do qual havia sido escolhido para governar da Bahia. Admoestava o então senador Rui Santos e brigava abertamente com o "Jornal da Bahia", cujo proprietário, o jornalista João Falcão, descendia de tradicional família política de Feira de Santana, segunda maior cidade do estado, e irmão do deputado federal Wilson Falcão. Ao mesmo tempo em que fazia as piores acusações à família - inclusive pela televisão, arma que passava a utilizar como já fizera o ex-governador carioca Carlos Lacerda, no Rio - mandava que a fiscalização estadual atuasse à saída das usinas de cana-de-açúcar dos Falcão, além de praticar o arrocho fiscal implacável às lojas comerciais do grupo.

Hostilizava abertamente o senador Lomanto Junior, também ex-governador com quem se atritara antes mesmo da sua indicação ao governo, quando da eleição do diretório regional da Arena. Havia vetado todas as indicações do atual senador para compor a chapa, praticamente alijando-o da disputa pelo cargo de governador que viria a ser efetivamente seu. O efeito de toda essa atividade visando a afirmação exclusiva dentro das correntes tradicionais da política baiana, provocou, talvez, a única derrota política da carreira de Antônio Carlos. Em 1974, as demais lideranças uniram-se contra Antônio Carlos e indicaram Roberto Santos ao presidente Geisel, que escolheu o professor e então presidente do Conselho Federal de Educação para o cargo. Antônio Carlos ainda tentou pontar no bonde da indicação de Roberto, incluindo o seu nome na última hora, na lista tripele da qual não constava originalmente.



## Implacável no Estado, é um liberal no resto do país

O fenômeno Antônio Carlos, após o revés sofrido da sua tentativa empreendida no primeiro mandato, revigorou-se com a sua ascensão ao cargo de presidente da Eletrobrás, que o colocou na cena nacional, depois de longa espera de quase um ano após deixar o primeiro governo. Ganhou grande impulso quando o político baiano aliou-se ao esquema montado no Palácio do Planalto para forjar a candidatura Figueiredo à sucessão de Geisel.

A aproximação com Figueiredo lhe propiciou a volta por cima e pôde ser indicado para o Governo da Bahia, para onde retornaria no intuito de sedimentar a sua base política, apoiado fortemente pelo Presidente da República. Por isso (impôs-se claramente sobre as demais lideranças, impotentes então para enfrentá-lo. Apenas Roberto Santos colocou-se contra as suas pretensões, vindo a abandonar posteriormente a extinta Arena, deslocando-se para o Partido Popular e, pela via da fusão, para o PMDB.

A par disso, o período na Eletrobrás e a participação em toda a orquestração para fazer de Figueiredo Presidente, deram a Antônio Carlos a dimensão nacional que Aliomar Baleeiro lhe negava no passado, despontando efetivamente como o único político baiano de verdadeira expressão nacional. Com isso, conseguiu a façanha de ter duas imagens distintas: uma no Estado, onde dava sequência à política implacável de perseguições e pressões e outra uma face de liberal projetada nacionalmente.

Um fato muito bem exemplifica tal dualidade: enquanto no primeiro governo combatia e tentava aniquilar o **Jornal da Bahia**, retirando-lhe a publicidade oficial e pressionando os anunciantes particulares, intercedia em favor da grande imprensa nacional, junto à duríssima censura imposta pelo governo Médici.

Isso, executado de forma muito hábil, impedia que a oposição local pudesse sensibilizar os meios de informação nacionais sobre a sua draconiana política regional, o que era compreensível, uma vez que o comportamento aberto que exibia para fora do Estado não combinava com os relatos de perseguições e endurecimentos provincianos.

Mantendo a base presa aos seus desígnios e projetos políticos e impondo ao PDS a condução exclusiva da questão sucessória estadual, nas eleições de 1982, quando as urnas confirmaram a tendência histórica do eleitorado baiano em votar na situação, o candidato de Antônio Carlos, embora surrado pelo eleitorado da capital e dos gran-

des e médios municípios do interior, tornou-se vitorioso.

Mais uma vez a competência do publicitário venceu ao Brasil a imagem de uma grande vitória, embora fosse ela semelhante à dos demais estados nordestinos, à exceção da disputa quase iquibridada de Pernambuco. A vitória de 1982 ajudou a reforçar a imagem de campeão de votos que Antônio Carlos tem exibido nacionalmente, embora a proporção de votos nas eleições majoritárias de 1982 não haja sido diferente de todas as anteriores da situação, como demonstra uma simples pesquisa nos resultados eleitorais. A oposição gosta de lembrar que Antônio Carlos, pessoalmente, não se submeteu ao voto popular há 17 anos. Data de 1966 a sua última eleição pelo voto direto, quando candidatou-se ao último dos seus mandatos de deputado federal. Os cargos que exerceu a partir daí — a Prefeitura de Salvador e dois períodos de governo — foram obtidos pela via da indicação.

Seja como for, a realidade insofismável é a de que Antônio Carlos dá sequência ao seu projeto político, cujo ponto final é a Presidência da República.

Atuando agora como subcoordenador da sucessão de Figueiredo, Antônio Carlos conseguiu, na verdade, novamente ser alçado ao primeiro plano da política nacional. Se a candidatura a que se empresta o seu apoio for bem-sucedida, ao cabo dessa agonizante disputa interna no PDS, passará a exercer, conforme ele próprio já antecipa em entrevista à revista **Senhor**, tarefas de coordenação mais ampla da chapa, da qual poderá até participar partindo para executar trabalhos que classifica de "disciplinamento" do PDS. Isso significa tentar unificar o partido.

Um passo fundamental para exercer tal disciplina foi dado na semana passada, quando do episódio da substituição do Sr. Luis Sande do cargo de presidente do BNDES. Sande, antigo colaborador de Antônio Carlos, mas que vinha seguindo rumos próprios, foi substituído por um técnico da confiança absoluta de Antônio Carlos, o Sr. Jorge Luis Freire. Os vultuosos recursos do Finsocial deverão ser utilizados como arma de pressão sobre governadores e convencionais do PDS, torrados pela seca no Nordeste e recuperando-se dos enormes estragos causados pelas chelhas no Sul, além de assolados no geral, pela crise financeira.

Tudo indica, portanto, que Andreazza, feito presidente com o apoio e a ajuda de Antônio Carlos, será a ponte para as pretensões políticas baianas de atingir em 1991 o limite do céu.